

Economia Conselho Econômico reunido. Para evitar mais boatos.

Os boatos de novo pacote econômico serão desmentidos por essa reunião, onde os ministros não deverão decidir nada importante.

Um telefonema do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, no final da tarde de ontem, convenceu o ministro Dilson Funaro a não cancelar a reunião do Conselho Monetário Nacional marcada para amanhã. O ministro já tinha decidido pelo cancelamento, a propósito de pedir novos estudos ao BC sobre a reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, mas chegou à conclusão de que o assunto pode ser discutido em outra ocasião.

Cancelar a reunião a essa altura, em meio às especulações sobre um novo pacote econômico, só faria aumentar esses boatos. Foi com esse argumento que Bracher convenceu Funaro a mudar de idéia. O problema do SFH realmente preocupa o governo, e há um grupo de técnicos no Banco Central estudando o que fazer com o "rombo" do

sistema. Como não haveria tempo de esses estudos serem analisados na reunião de amanhã, Funaro chegou a anunciar que o CMN se reuniria apenas no dia 6 de novembro. Depois, voltou atrás.

Com isso, a reunião ficou bastante esvaziada. A crise do SFH era mesmo o item mais importante da pauta, embora esta não tenha sido divulgada oficialmente. Outro ponto importante que foi retirado da pauta é a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), formado com os recursos dos empréstimos compulsórios sobre vendas de veículos, combustíveis e passagens aéreas. Segundo o BC, a receita desse fundo já chega a Cz\$ 5 bilhões, uma quantia que está simplesmente parada nos cofres do governo, sem render nada, mesmo com a promessa de que, ao devolver o dinheiro aos

consumidores, em ações de estatais, daqui a três anos, serão computados juros de 6% ao ano mais IPC integral.

Algumas fontes revelaram que essa reunião da CMN poderia incluir as primeiras correções no Plano Cruzado, como novos incentivos às cadernetas de poupança, mas essa informação não foi confirmada.

O mais provável é que sejam votados apenas assuntos já aprovados pelo ministro Dilson Funaro "ad referendum" do Conselho. Um deles é a redução para zero do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na importação de carne bovina, suína e de leite em pó. Outra: a prorrogação até 31 de dezembro de 87 do prazo máximo para interinação (entrada no País) da carne e peixe importados por empresas particulares.

As restrições à comercialização de bois gordos e garrotes na Bolsa de Mercadorias, decretadas por Funaro há cerca de um mês, certamente serão homologadas pelo CMN.

Outro voto previsto é o que aumenta os encargos sobre dívidas do crédito rural, que além de juros (atualmente em torno de 24%) pagará uma "comissão de permanência" para punir os inadimplentes.

Uma das medidas anunciadas, mas não confirmadas para a reunião de amanhã, é a autorização para o Banco Central pagar a bancos brasileiros no Exterior um total de US\$ 600 milhões referentes a dívidas vencidas em 85. Esse valor deverá ser transferido pelos bancos às linhas comerciais de curto prazo. A dívida externa, aliás, é o assunto de três outros itens da pau-

ta do CMN divulgada extra-oficialmente, que no entanto não estão confirmados.

Na área agrícola, um assunto que provavelmente será apreciado é a proposta do Ministério da Agricultura de elevação de alguns Valores Básicos de Custeio (VBCs). O produto mais importante é o café, com uma proposta de elevação de seu VBC em 130% em relação à safra passada. Este aumento, considerado alto pelos técnicos do Ministério da Fazenda, visa estimular a produção do produto, cuja participação caiu muito na pauta de exportações do País este ano. O CMN deve aprovar também a isenção do IOF sobre importações de zinco em bruto e aços laminados planos, estes últimos produzidos exclusivamente pelas siderúrgicas estatais, o que equivale a dizer que o País está passando de exportador a im-

portador de aços planos, aplicados na indústria automobilísticas.

Deverão ser também apreciados os seguintes votos: pagamento de remuneração ao Banco do Brasil pela prestação de serviços sob responsabilidade do Banco Central (atendimento dos saques e depósitos, em espécie, das instituições bancárias); um recurso do Grupo Atalla, que foi impedido de operar no crédito rural; autorização para aplicações e investimento do Instituto de Resseguros do Brasil e de sua subsidiária no Exterior; enquadramento do Banco do Brasil no capítulo 18 do Manual de Crédito Rural (MCR); programa de aplicações das instituições financeiras oficiais federais; fixação de novos tetos para a concessão de crédito ao consumidor por parte dos bancos comerciais e caixas econômicas.